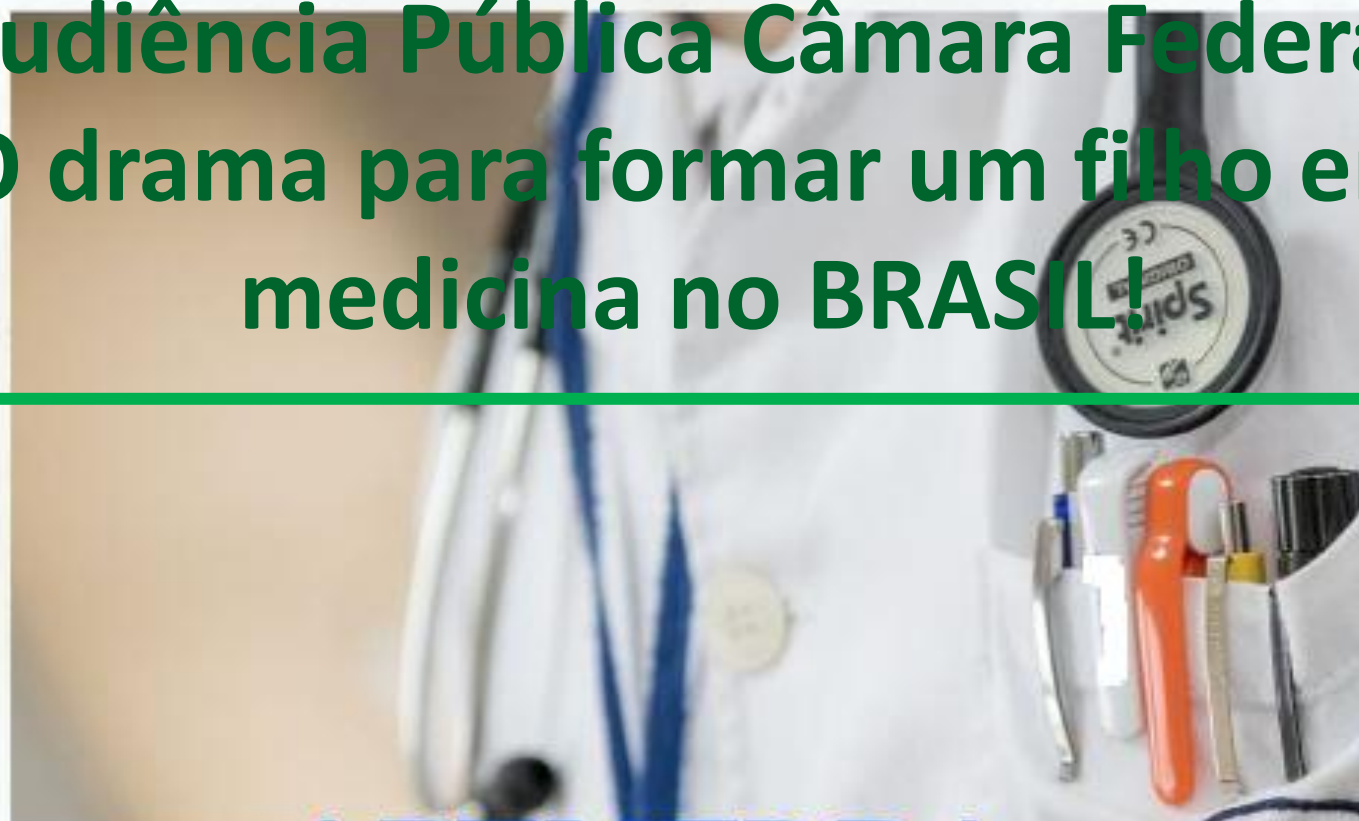


Audiência Pública Câmara Federal: O drama para formar um filho em medicina no BRASIL!



APEMEDBA

19/11/2019

**ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E
ESTUDANTES DE MEDICINA
DO ESTADO DA BAHIA**

APEMED –Ba.

- Quem somos : Associação de Pais e Estudantes de Medicina do Estado da Bahia, surgida no final de 2018, que visa intermediar questões financeiras, acadêmicas e administrativas que fujam do escopo diretamente dos alunos e que estejam impactando na vida e saúde das famílias e estudantes. Hoje já temos representação em todas as faculdades de medicina do Estado da Bahia, com associados no interior e capital, além de Pais de outros estados da federação que têm seus filhos estudando na Bahia.

Associados

- Contamos hoje com mais de 300 associados e seguidores, que são profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos comerciantes, professores, autônomos, produtores rurais, que sonham em dar uma vida melhor com uma formação na área que é a escolha do seu filho ou filha.
- Hoje já temos capilaridade NACIONAL!

Faculdades com Pais e Alunos representadas.

1. UNIFACS – Salvador – 800 alunos;
2. FTC – Salvador – 600 alunos;
3. FASA – Itabuna – 200 alunos;
4. FASA – Vitória da Conquista – 300 alunos;
5. FG – Faculdade Guanambi – 200 alunos;
6. AGES – Jacobina – 200 alunos;
7. Estácio – Alagoinhas – 100 alunos;
8. Dom Pedro – Salvador (a partir de Jan/20).

Glossário

1. IES – Instituição de Ensino Superior;
2. AFOC-s – Agente Financeiro Operador de Crédito;
3. CPSA – Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento;
4. CREDUC – Programa de Crédito Educativo;
5. PROUNI – Programa Universidade para Todos;
6. SISU – Sistema de Seleção Unificado;
7. FGEDUC – Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo;
8. FIES – Financiamento ao Estudante do Ensino Superior;
9. P – FIES – FIES privado;

Legislação pertinente

1. Lei 8436/92 – Institui o programa de crédito educativo para estudantes carentes ;
2. Lei 9870/99 – Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares;
3. Medida Provisória 2173-24/01 – Altera a Lei 9870/99;
4. Lei 10260/01 – Institui o programa do FIES;
5. Lei 12711/12 – Lei de Cotas;
6. Lei 13409/16 – Lei de Cotas;
7. Lei 13530/17 – Altera a lei 10260/01;
8. Portaria 209/18 – Dispõe sobre o FIES a partir do 1º semestre/18 (autoriza Banco de Desenvolvimentos Regionais – Art 2; II);
9. Portaria 1209/18 – Dispõe sobre as regras e os procedimentos sobre a oferta do FIES;
10. Portaria 1435/18 – Dispõe sobre o processo seletivo para FIES e p-FIES;
11. Portaria 952/19 – Dispõe sobre o processo seletivo para FIES e p-FIES 2019.

Temas

1. Financiamento Estudantil;
2. Regras para acesso às IES;
3. Regras para acesso aos financiamentos;
4. Situação atual do financiamento;
5. Diferença de financiamento entre os diversos cursos;
6. Diferença de tratamento para os alunos de Medicina;
7. Proposta.

1. Financiamento Estudantil

- O Crédito estudantil foi instituído nos idos de 1975, exclusivamente operado pela CEF. Sofreu alteração na sistemática em 1999. Sofreu ampliação em 2010.
 - p/s: sucumbiu a partir de 2015!

1. Financiamento Estudantil

- O CREDUC, sistema inicial operado pela CEF, transformou-se em um programa de Governo, gerido pelo MEC – Ministério da Educação do Brasil, destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Em 2010, teve os juros reduzidos de 6,5% aa para 3,5% aa, prazo de carência em 18 meses.

1. Financiamento Estudantil

- Dados:
 - Em 2014, 26% dos estudantes matriculados nas instituições de Ensino Superior privadas foram beneficiados pelo FIES. Isso significa um investimento de cerca de R\$ 13 bilhões por parte do governo federal, **sendo que 26% das vagas de Ensino Superior são ofertadas por instituições públicas e 74% são ofertadas por instituições particulares**. Em dezembro de 2014 e no início de 2015, o governo federal implementou mudanças nos critérios de concessão do financiamento, passando não só a limitar o índice de reajuste anual do valor das mensalidades, mas também a exigir que o aluno alcançasse um mínimo de 450 pontos e que não tivesse zerado a prova de redação no Exame Nacional do Ensino Médio. A partir do início de 2016, o programa sofreu um corte de R\$ 2 bilhões (16% em relação ao orçamento do ano de 2015), além de alterações nas regras e restrição no acesso.

1. Financiamento Estudantil

- Em 2018, o Ministério da Educação divulgou novidades para o FIES. A principal delas foi a ampliação no valor máximo da mensalidade financiada, **agora aceitando cursos que cobram até R\$ 7 mil/ mês**. Além disso, o MEC destacou que 100 mil estudantes poderão financiar o curso com juros zero, desde que ele pertença ao grupo com renda familiar de até três salários mínimos. O critério de classificação para este benefício será a nota do ENEM divulgada pelo Ministério da Educação.
- p/s.: Apesar da ampliação, conseguir FIES é sinônimo de ganhar a “mega-sena”.

2. Regras de Acesso

- Até 2010 x 2011, o acesso às IES eram através de vestibular. A partir de 2012 houve a instituição do regime de cotas. Com esta realidade, as vagas passaram a ser para COTISTAS e AMPLA CONCORRÊNCIA. O que houve a partir deste evento foi a multiplicação das IES privadas, em detrimento da abertura de vagas em escolas públicas na mesma abrangência.

2. Regras de Acesso

- Além do incentivo à abertura das IES privadas, houve a “ORIENTAÇÃO e PROMESSA À POPULAÇÃO” de que haveria financiamento público incentivado para todos os estudantes.
 - Pela Constituição EDUCAÇÃO é UMA OBRIGAÇÃO DO ESTADO. E como tal tem que por ele ser incentivado.

2. Regras de Acesso

- O que se constata dentro desse cenário, é que há um enorme problema represado: pode-se criar programa por decreto. Pode-se criar regras por decreto, mas não se cria renda por desejo. Mas tão somente por trabalho e conquista de renda.
- Existe sim uma classe de pessoas EXCLUÍDAS (Criadas) por decreto.

2. Regras de Acesso

- Até 2011:
 - Vestibular para todos os candidatos.
- Após 2012:
 - Escolas Públicas : Cotas (50%), restante ampla concorrência.
 - Escolas Privadas: Vestibular;
- Após 2014:
 - ENEM:

2. Regras de Acesso

- ENEM – Todos os alunos concorrerão em nível nacional para todas as vagas nas universidades públicas, não importando de qual região de origem seja o candidato. O que importa é a nota dele! Para ter acesso ao FIES, não pode zerar a redação e ter uma nota superior a 450.
 - A média para ampla concorrência, por exemplo medicina, na UFBA é 840 pontos.
 - Quem está entrando nas escolas privadas, tem nota acima de 760 pontos. A incapacidade de pagar as mensalidades e a falta de financiamento atrelada a insensibilidade das IES, está afugentando aos alunos que se esforçam para realizar o seu sonho: Há três anos só existia uma lista de segunda chamada. Hoje são mais de seis!

3. Regras para acessar ao financiamento

1. Conseguir a vaga na IES com a nota de corte do ENEM para a instituição escolhida;
2. Garantir a vaga com pagamento da 1ª mensalidade: Há Instituições exigindo seis cheques caução no início de todo semestre!;
3. Se inscrever no certame para alcançar a vaga do FIES ou p-FIES;
4. Ter capacidade financeira ou avalista para calçar o contrato;
5. DEVEDOR SOLIDÁRIO: o aluno desempregado.

3. Regras para acessar ao financiamento

- Realidade:
 - A quebra do FIES retirou o pano que encobria um problema enorme de capacidade de pagamento. Apesar dos alunos que são ingressos nas IES privadas, terem elevadas notas, não possuem a capacidade de fazer frente às altas mensalidades. Mesmo sendo os seus pais os provedores para pagamento das mesmas.
 - A lei determina que até 50% das vagas para IES com conceito 5 possam ser disponibilizadas para as vagas financiáveis. **Somente duas VAGAS são disponibilizadas: Portaria 1.209/18. Art 9 V, § 4 – I,II, III e IV.**

4. Situação atual do financiamento

1. FIES – em 2018, só 16 % de contratos foram assinados;
2. P-FIES – As IES não aceitam a parceria;
3. Demais formas de financiamento: Juros extorsivos aplicadas por AFOC's: 1,39 % a 2,0 %;
4. Nas IES privadas a segunda mensalidade mais cara é 25 % do valor do curso de medicina. Além do que todos os outros cursos são oferecidos com FIES, PROUNI, p-FIES, Pra valer, etc. **Mas o Curso de Medicina, NÃO!**
5. **Por quê “mais médicos” ou “pro médicos” e não os Jovens médicos BRASILEIROS?**

Exemplos de financiamento no mercado – Banco Só Lucro!

1 – Primeiro financiamento em oito (8) meses. Pega-se as duas últimas parcelas do semestre(seis meses) , aplica-se a taxa de juros de **1,39 (amigo cliente) até 2,0% (demais correntistas)** a depender do perfil do cliente. Restam seis parcelas para o próximo período;

2 – Segundo financiamento: Valor do semestre corrente, mais o saldo anterior (seis parcelas), aplica-se a taxa de juros a depender do cliente e divide-se por doze(12) meses. Ao final do segundo semestre restaram seis(6) parcelas para o próximo período;

3 –Terceiro financiamento: valor do semestre corrente, mais o saldo anterior, aplica-se a taxa

de juros a depender do cliente e divide-se em dezoito (18) meses. Ao final do terceiro semestre restaram doze (12) parcelas para próximo período;

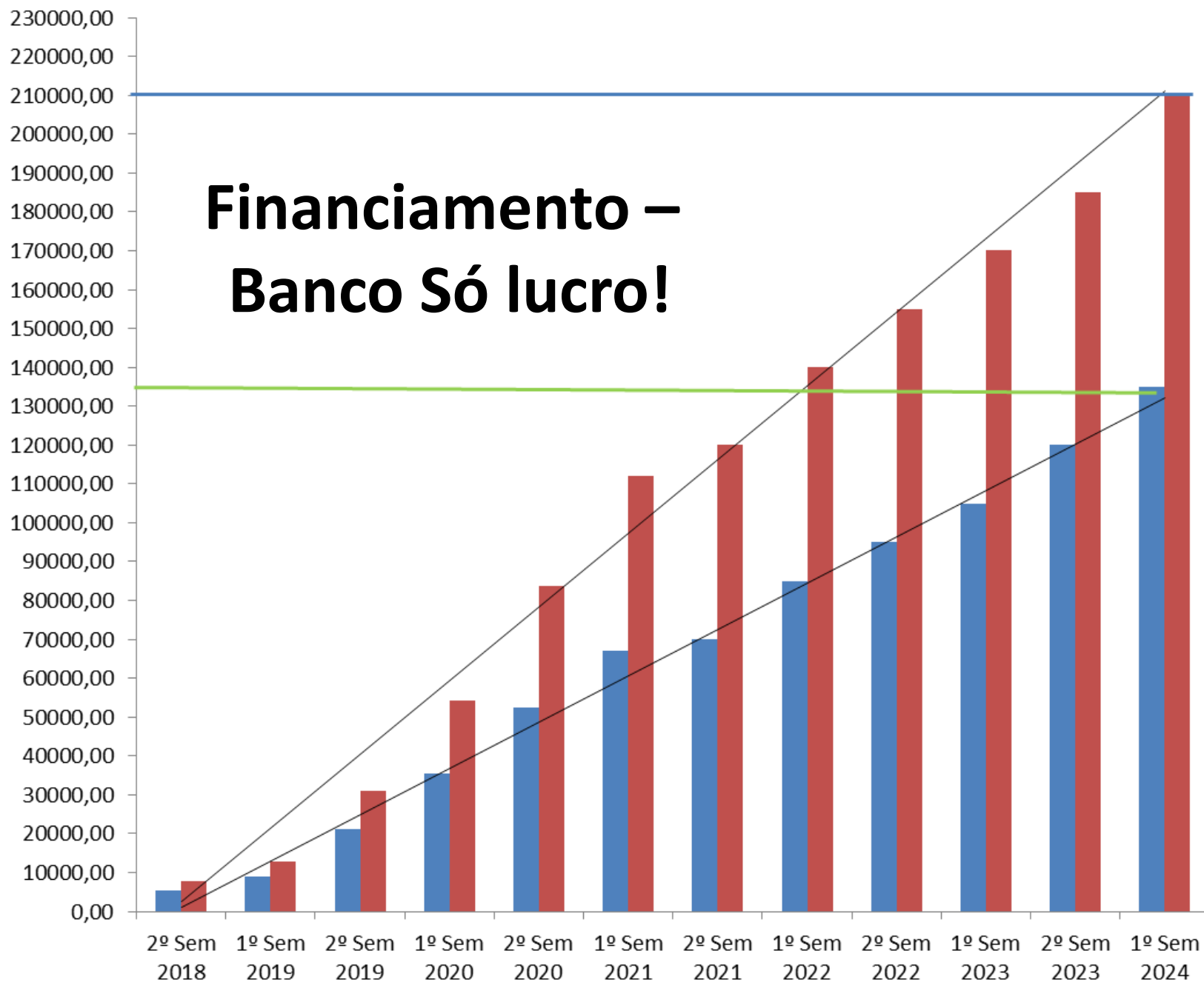
4 – No décimo segundo (12) semestre, pega-se o valor do semestre corrente, soma-se o saldo anterior referente ao décimo primeiro (11) e divide-se em 72 parcelas. Total 144 meses!

– O que está demonstrado no gráfico é exatamente isto: fiz os cálculos para os cinco (5) primeiros semestres e extrapolei no excel/ a linha de tendência. Como escolhi uma formula linear, possa ser que os valores sejam maiores ainda. O que resta demonstrado é que apesar das parcelas serem decrescente, o valor residual a ser pago é enorme.

Financiamento – Banco Só lucro!

Período	taxa 1	taxa2	
2º Sem 2018	5441,62	7829,66	JUROS
1º Sem 2019	9032,99	12943,43	
2º Sem 2019	21148,39	31133,22	
1º Sem 2020	35421,21	54160,92	
2º Sem 2020	52323,45	83718,41	
1º Sem 2021	67000,00	112000,00	
2º Sem 2021	70000,00	120000,00	
1º Sem 2022	85000,00	140000,00	
2º Sem 2022	95000,00	155000,00	
1º Sem 2023	105000,00	170000,00	
2º Sem 2023	120000,00	185000,00	
1º Sem 2024	135000,00	210000,00	
Juros	800367,67	1281785,64	
Mensalidades	650349,40	650349,40	
Total	1450717,07	1932135,04	

Financiamento – Banco Só lucro!



Variação das Mensalidades!

Ano	Valor
2012	R\$ 4.940,00
2013	R\$ 5.246,25
2014	R\$ 5.657,00
2015	R\$ 5.657,00
2016	R\$ 6.135,30
2017	R\$ 7.586,90
2018	R\$ 8.155,90
2019	R\$ 8.889,94
Variação total	79,96
2020	R\$ 9.420,00
Variação total	90,69

Variação das Mensalidades!

- Variar 10 % em R\$622,00 (SM em 2012) são R\$62,22. O salário mínimo no período variou de 49,2%. Está em R\$998,00.
- Variar 10% em R\$4.940,00, são R\$494,00. Até 2019 o valor da mensalidade variou 79,96%. **Próximo ano já está garantido 90,96%.**
- Justificar os aumentos das mensalidades com aumentos de professores ou instalações é puro devaneio: Professores não têm reajuste automático por salário mínimo e nem as instalações são dedicadas aos estudantes de medicina.

Análise Financeira

- Exemplos:
- Renda bruta R\$ 14.391,70 (Única renda da família)
- Renda líquida R\$ 11.707,00 (Descontados IRPF e INSS)
- Número de familiares: quatro(4)
- Renda per capita R\$ 2.926,75
- Mensalidade da faculdade R\$ 8.900,00
- **Resta ao final do mês R\$ 2.807,00!**
 - A família não poderá fazer mais nada além de comer, pagar EE e água. Ainda têm IPTU, Assistência médica e odontológica, transporte, etc. Tem quer possuir casa própria sem financiamento. Não poderá ter carro financiado ou se possuir, terá que se desfazer do carro.

Primeiras reflexões

1. Por que estabelecer um programa de financiamento que não é viável do ponto de vista da execução, por que as IES não tem interesse?
2. Por que ser o aluno o devedor solidário num País de desempregados?
3. Por que se exigir renda máxima para oferecer o financiamento?
4. Por que as IES oferecem os programas governamentais de financiamento para todos os cursos, mas não para medicina e não são questionadas pelo Gestor?
5. **O poder do Governo Federal sobre as IES é IMENSA! São bilhões de reais transferidos à essas instituições.**

4.Situação atual do financiamento

- Não estamos diante de um problema unicamente financeiro. Estamos diante de uma calamidade. De uma falta de respeito para com os sonhos das pessoas. De uma quebra de compromisso com a sociedade. De um beneficiamento unilateral com a IES privadas neste País, que na verdade estão vindo de fora usurpar o trabalho e suor do nosso povo, comprando as instituições que foram erguidas durante anos de trabalho e agora só visam lucros para serem enviados ao exterior.

4.Situação atual das Famílias

1. Total desespero;
2. Total desamparo;
3. Falta de perspectiva;
4. Destruição de vidas;
5. Destruição de patrimônios
6. Perdas financeiras irreparáveis;

Reunião em Salvador – Pais de alunos de uma faculdade. Uma turma apenas!



Reunião em Itabuna – Pais de alunos de uma faculdade. Uma turma apenas!



Algumas situações de Pais e Responsáveis.

Leopoldino – Chapada Diamantina.

- Produtor rural. Sonha juntamente com a sua filha poder forma-la. Devido a um câncer que está consumindo suas reservas financeiras para quimioterapia, a crise financeira não permite que a sua produção de tomate, cebola e outros cultivares cumpram a tua promessa de pagar a faculdade. Atrelado ao fato de não ter financiamento acessível. Resultado: Sua filha foi obrigada a abandonar o curso no quarto período, deixando para trás R\$230.000,00 em prejuízos devido às mensalidades pagas que não voltam mais.

Ivette - Salvador

- Viúva e aposentada. Têm duas filhas desempregadas, um genro engenheiro desempregado há quatro anos, com leucemia terminal. Mantem as filhas, o neto em escola e a neta na faculdade de medicina. Fala em suicídio.

Fânia - Jacobina

- Professora, a faculdade anunciou o financiamento pelo site. Após aprovação do contrato, a IES não aceitou dizendo que não tem obrigação de fazê-lo, recorreu à justiça, a qual “dize-lhe”: “que aquela situação não era para ela. Que procurasse algo que lhe coubesse.”

Francisco - Alagoinhas

- Refinanciamento do imóvel residencial para fazer frente a 70 % do curso. Se algo não acontecer em sentido contrário, terá problemas para concluir o compromisso.

Situação dos contratos assinados

16/04/2019

Fies só fechou 16% dos 100 mil contratos de financiamento a juro zero oferecidos no semestre | Educação | G1

[globo.com](#) [g1](#) [ge](#) [gshow](#) [vídeos](#)

EDUCAÇÃO

Fies só fechou 16% dos 100 mil contratos de financiamento a juro zero oferecidos no semestre

Até 10 de abril, quando acabou o prazo de convocação dos aprovados pela lista de espera, mais de 31 mil vagas ainda não tinham sido preenchidas; prazo foi prorrogado até o dia 30.

Situação dos contratos assinados

Inscrições Fies 2019: esvaziado após reformulação, financiamento atrai menos alunos e reduz opções para mais pobres

Com regras mais estritas, programa diminui número de vagas e deixa de fora estudantes que têm dificuldade de bancar cursos.



Por BBC

06/02/2019 16h09 · Atualizado há uma hora

Situação dos contratos assinados

G1

EDUCAÇÃO

Renegociação atrai 2% dos estudantes em dívida com o Fies e deve recuperar 14% dos R\$ 2,5 bilhões atrasados

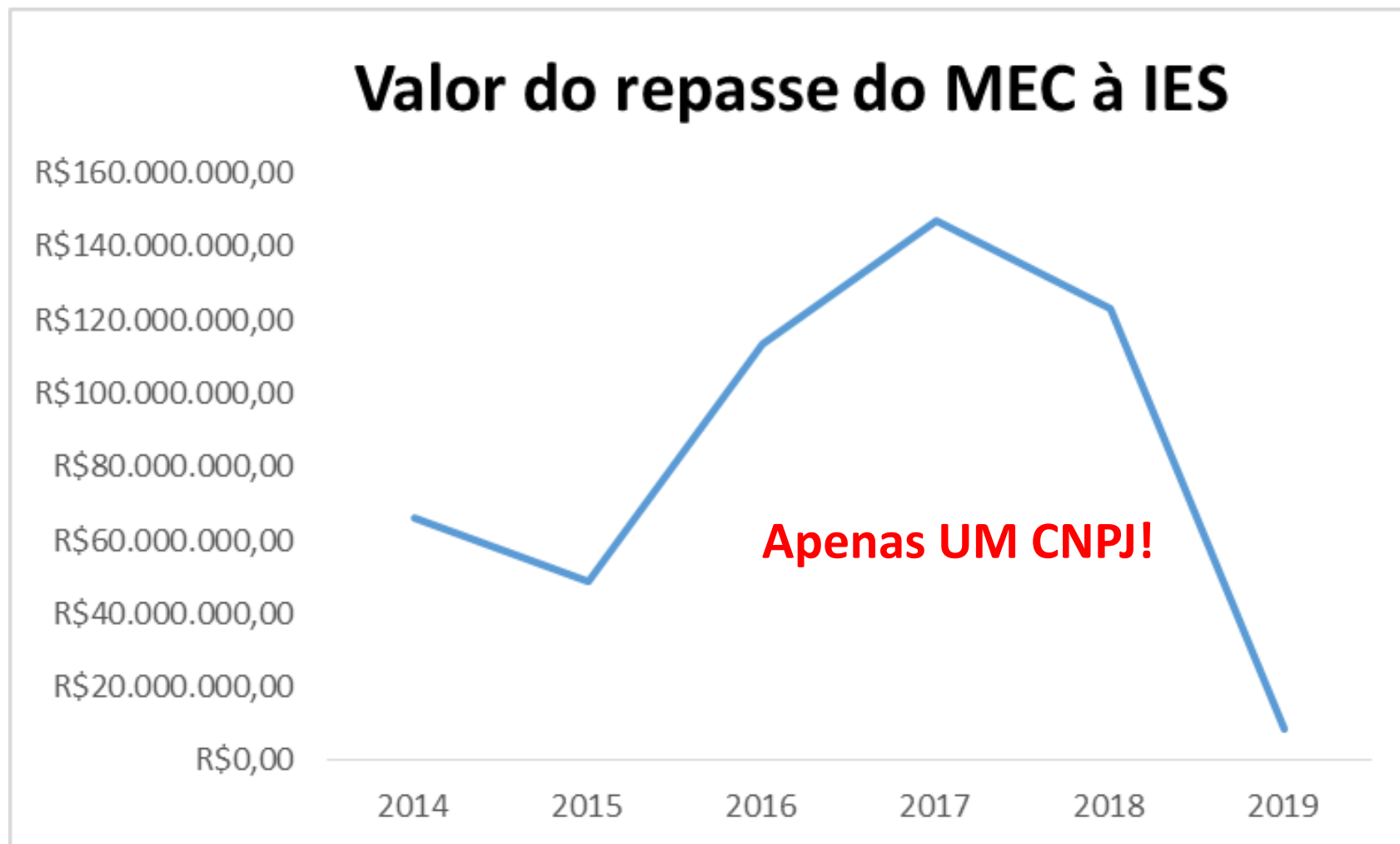
Brasil tinha 547 mil contratos inadimplentes concedidos até o segundo semestre de 2017. Valor que deve ser pago após os acordos será de R\$ 354 milhões.

Fonte: Jornal O Globo de 07/11/2019

Mais reflexões

5. Qual o conceito de pobre e rico no Brasil?
6. Como uma família com renda per capita bruta de 5 SM, com três pessoas consegue pagar uma prestação de R\$9.000,00/mês?
7. Por que existe Agência Reguladora de EE; de Petróleo, Gás e Bio combustíveis, mas não existe agência reguladora de Educação?
8. Com nível de transferência de recursos da União para as IES, por que não há poder de barganha sobre as mesmas para tratar os iguais sem diferenças?

Repasse do FIES às IES.



Repasse do FIES às IES.

- Só até Abril/19, foi repassados via FIES à uma IES, **R\$378.633.029,40!**

378633029,4

Fonte: MEC

Status	Adicionar texto
Categorias	Adicionar categoria
Assunto	Especificar o assunto
Base do Hiperlink	Adicionar texto
Empresa	Ministério da Educação
Datas Relacionadas	
Última Modificação	05/11/2019 15:01
Criado	21/03/2017 11:51
Última Impressão	Nunca
Pessoas Relacionadas	
Gerente	Especificar o gerente

5. Diferença de financiamento entre os diversos cursos

1. Por que há financiamento e bolsa de estudo para todos os cursos das IES privadas, inclusive com bolsa de 100%, mas para medicina não há nada?
2. Por que os valores são tão altos com a desculpa do curso ser caro, mas os laboratórios são todos compartilhados com os diversos cursos de saúde da IES que custam no máximo 25% do valor da mensalidade de medicina;

6. Diferença de tratamento para os alunos de medicina (contra)

1. O que esperar de um grupo que está sendo tratado como especial, assistindo tudo que está acontecendo no País, sendo acusados de serem elitistas, quando na realidade são batalhadores e estão em busca de um lugar ao Sol.
2. Por que tratar iguais de forma desigual?

- **Não estamos aqui só para apresentar problemas!**

7. O que já foi feito

1. Buscamos inúmeras AFOC's. Todas apresentam soluções que vão de 1,3 % a 2,0% a.m., para ser pago semestre a semestre, divididos em 12 vezes e ao final do semestre o saldo é incorporado ao próximo semestre, até que o devedor se suicide ou coisa que o valha;
2. Buscamos conversar com as IES, mas estas estão e são dependentes das matrizes que ficam nos USA e agora mais recentemente grupo brasileiro que fez alavancagem na bolsa de New York para comprar IES de MEDICINA no Brasil e se tornar dona de uma grande fatia do mercado, desde a graduação, passando pela preparação de quem quer fazer residência médica e até apresentando a solução da residência universitária.

7. O que já foi feito

3. BNB – O banco do Nordeste está autorizado a operar o p-FIES, com juros de 6% aa e com prazo de pagamento até três vezes o período da graduação.

Fomos ao Banco do Nordeste do Brasil buscar informações do porque não estavam sendo oferecidas as vagas e ou financiamento para o curso de Medicina. A resposta recaiu na “**má vontade**” em contratar a parceria por parte da IES em decorrência das exigência do Fundo Garantidor em 25%.

7. O que já foi feito

3. BNB – Fizemos a consulta formal à Superintendência regional da Bahia e ao Presidente da Instituição, em Fortaleza Ceará. **Ambas as respostas foram positivas, mas com a ressalva de que dependeriam do MEC para realizar a operação.**

4. Fomos ao Ministro da Educação Professor Abraham Weintraub em 11/09/19. O Ministro se mostrou totalmente favorável.

7. O que já foi feito

5. Com o Ministro da Educação Professor Abraham Weintraub em 11/09/19, acompanhado do parlamentar Dep .José Alves Rocha que nos apoiou nesta luta, explicamos toda essa sina que estamos realizando e obtivemos da parte do Ministro sinalização positiva para nosso pleito.

6. Nos reunimos também com o Superintendente da SUDENE – O Dr Mário Gordilho, o qual também acatou a nossa sugestão e enviou parecer tal qual o BNB a associação e ao MEC.

Encontro com o Ministro acompanhado do Dep. José Rocha.



8. Proposta

1. Alteração das portarias que autorizam a operação do p-FIES pelo BNB;
2. Alterar as regras da portaria 1435/18;
3. Alterar a obrigatoriedade do FG em 25 % **por GARANTIA REAL OU SEGURO GARANTIA OU AVALISTAS – Lei 10.260/01. Art 5 V. Riscos. ;**
4. Eliminação dos limites de contratação;
5. Permitir a operação para os cursos de medicina com juros de 6% aa mais três vezes o período do curso para pagamento;
6. Durante a graduação, o valor a ser pago se limitará a 30% da parcela;
7. Criação de uma conta atrelada entre: IES x BNB x Tomador do financiamento, a qual só será debitada o valor correspondente ao semestre;
8. Conta remunerada, evitando-se o aumento abusivo a todo semestre pelas IES;
9. Não haver limitação de números de vagas para a celebração de contratos pois não haverá inadimplência;
10. Ser um programa que seja equilibrado, mas que não atinja a incapacidade estratosférica de pagamento tal qual ocorre nos Estados Unidos da América, onde o aluno já sai totalmente endividado.
11. **Risco ZERO para as IES, já que haverá garantia real para lastrear a operação.**

Considerações finais!

- O que estamos dizendo para a sociedade e o Governo, não é que queremos dinheiro de graça ou esmolas, ou que não queremos pagar por nossos sonhos. O que estamos partilhando com todos as Senhoras e os Senhores é que não temos como arcar com as condições que estão impostas, mas que assim como nossos filhos somos brasileiros e temos direito a sonhar e lutar!

Diretoria APEMED Ba.

- Carla Fernandes – Vice Presidente
- Claudilene Badaro – Secretária
- Luiz Gonzaga Vieira – Tesoureiro
- Ivette Maciel – Conselho Fiscal
- Maria Nazaré – Conselho Fiscal
- Fânia Azevedo – Conselho Fiscal
- André Moraes – Conselho de Gestão.

Contatos

- Francisco José Calmon Bacelar – Presidente.
 - Fone 75 99953 0429
 - franciscojcbacelar@hotmail.com
- Obrigado.